JOAQUIM PAÇO D'ARCOS

A DOLOROSA RAZÃO DUMA ATITUDE

Para a história da Sociedade Portuguesa de Escritores e do seu fim

LISBOA
1965

JOAQUIM PAÇO D'ARCOS

A DOLOROSA RAZÃO DUMA ATITUDE

Para a história da Sociedade Portuguesa de Escritores e do seu fim

LISBOA
1965

Foi no avião em que regressava de Paris, na quinta-feira, 20 de Maio, que li, num exemplar do «Diário de Notícias» dessa própria manhã, a notícia da outorga de três Prémios Literários pela Sociedade Portuguesa de Escritores, e a concessão dum deles, o de Novelística, a Luandino Vieira. Desconhecia inteiramente o autor e o livro. Mas uma nota em itálico, apensa à notícia, disfarçada em telegrama de Londres, prevenia-me da identidade do laureado e da acusação que sobre ele incidira e o tornara réu de pena maior.

Medi, com a maior apreensão, o significado e as possíveis consequências da decisão acabada de tomar pela entidade a cuja Assembleia Geral presidia, cujos destinos dirigira e a que estava ligado, desde o início da sua existência, por laços constantes de sincera e desinteressada dedicação.

Por isso, logo ao desembarcar em Lisboa, procurei pôr-me em contacto com os membros da Direcção, para me informar do ocorrido e para saber

como evoluía a situação que o itálico do «Diário de Notícias» sugeria prenhe de consequências. Pude chegar só à fala com um director, Luís Forjaz Trigueiros, que me disse ter o Presidente da Direcção, Prof. Jacinto do Prado Coelho, convocado para as cinco da tarde uma reunião extraordinária daquele corpo gerente. Decidi comparecer a essa reunião, pois que a gravidade do caso permitia e aconselhava que o Presidente da Assembleia Geral juntasse o seu esforço ao da Direcção em hora tão estranha e tão incerta.

Eu poderia ter-me colocado na posição cómoda de observador distante. Mas preferi dar a minha assistência, nunca negada e sempre devotada, aos meus camaradas e à Sociedade de Escritores, naquela conjuntura em que os próprios destinos desta poderiam ser jogados.

O dr. Jacinto do Prado Coelho compareceu à reunião, cuja presidência assumiu, vindo do Ministério da Educação, onde fora convocado. E sem preâmbulos, nem explicações, propôs, «como a única coisa que tínhamos a fazer», a suspensão do Prémio a Luandino Vieira. Sentado à sua esquerda, ponderei-lhe a gravidade do assunto, a necessidade que tínhamos de ser esclarecidos, a precisão que tínhamos de saber o que lhe fora dito no Ministério

da Educação. Sobre tal matéria não consegui arrancar uma informação ou esclarecimento útil ao Presidente da Direcção. Quase parecia que na entrevista no Ministério da Educação não se passara nada.

A Direcção e os seus membros suplentes, chamados à efectividade do serviço, um membro do Júri, que fora convocado, um sócio a quem se requeriam as luzes de advogado, e a minha pessoa, constituíamos um grupo de treze indivíduos, número fatídico em volta daquela mesa.

Na ausência duma condução do debate pelo Presidente, expus os meus pontos de vista, que foram escutados com atenção e deferência pelos meus camaradas. No meu entender, não era só o valor absoluto ou relativo duma obra literária que podia estar em causa. Havia outros valores na conjuntura portuguesa de que a Sociedade de Escritores não podia fazer tábua rasa. Quando cem mil famílias portuguesas tinham filhos em África a combater, quando centenas de combatentes mortos haviam pago já o tributo da nossa sobrevivência ultramarina, quando centenas de mutilados pagariam esse tributo para o resto dos seus dias, a Sociedade Portuguesa de Escritores não podia premiar a obra dum condenado por actos de terrorismo em Angola.

Eram estes os aspectos do caso no plano moral. No plano prático era nosso dever proteger a Sociedade Portuguesa de Escritores, património cultural e moral que tínhamos herdado de gloriosos antecessores e tínhamos de transmitir intacto aos que nos sucedessem, era nosso dever protegê-la dos actos de represália ou de violência que poderiam pôr até a sua existência em risco.

Luís Forjaz Trigueiros apoiou inteiramente as minhas palavras e disse que para ele o problema ultramarino não era um problema político, mas um problema nacional. Prestara sempre a mais leal e desinteressada colaboração à Sociedade Portuguesa de Escritores e isso dava-lhe autoridade para pedir uma decisão rápida e inequívoca que afastasse as consequências que a decisão do Júri do Prémio de Novelística inevitàvelmente provocaria. A esse propósito informou os assistentes de que fora procurado por um alto funcionário do Estado, cujo nome só estava autorizado a revelar ao Presidente da Direcção, que oficialmente o prevenira da reacção gravíssima que se avolumava e dos perigos que pendiam sobre a própria existência da Sociedade. Não transmitia esses avisos para exercer qualquer pressão sobre os seus camaradas, mas

para os elucidar sobre as circunstâncias em que a Direcção da Sociedade tinha de agir.

O debate prolongou-se por demoradas horas. Não houve uma palavra violenta nem qualquer sombra de azedume. Houve consciências a debaterem-se. Alguns dos presentes — e não tenho de mencionar nomes — sustentaram o ponto de vista de que o Prémio era concedido pelo valor intrínseco da obra, independentemente das circunstâncias que pudessem macular o seu autor. A Direcção não podia desautorizar o Júri e não devia voltar atrás da decisão proclamada.

Respeitando os pontos de vista contrários, mas pedindo igual respeito para os meus, proferi com comovida veemência palavras em reforço do que já dissera. E quanto à minha posição pessoal, afirmei quão honrado me sentia de ser Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa de Escritores, mas que não podia ser Presidente duma Sociedade que premiava um terrorista. Aceitava que nem todos sentissem o problema ultramarino da maneira como eu o sentia. Mas herdara de meu pai o amor à África Portuguesa, para lá fora com quatro anos, lá vivera e erguera parte da minha vida e à sombra do nome de minha família, numa obra que meus irmãos e eu tínhamos construído em de-

zenas de anos de labor, à sombra do nosso nome viviam muitas dezenas de famílias, em harmonia racial, perante as quais eu não me ousaria apresentar se uma instituição da minha presidência premiasse um condenado pelos crimes de terrorismo. Eram esses motivos só meus, de ordem pessoal, como o facto de ter tido um filho meu a combater, voluntário, na defesa da terra portuguesa de Angola. Mas os meus motivos pessoais confundiam-se com os de ordem nacional, de que a Sociedade Portuguesa de Escritores não se podia alhear. E preocupação igual a essa era a minha no que respeitava à segurança e sobrevivência da Sociedade cujos destinos tínhamos de defender. As advertências que Luís Forjaz Trigueiros nos transmitira deviam abrir-nos os olhos para o dever de preservarmos o património a nosso cargo. Em meu entender, mais importante do que a outorga dum Prémio era a existência da Sociedade cujo papel na vida portuguesa era essencial para os escritores. Recordei o nome de Fernando Piteira Santos, bem insuspeito certamente para os presentes, porque está hoje na emigração e em Argel. Pois Piteira Santos, que nunca escondeu a sua maneira de pensar pessoal, foi, na Direcção a que presidi e de que era membro, o companheiro mais dedicado e mais cauteloso

em não permitir que um único acto arriscado ou passo irreflectido trouxesse dificuldades, dentro do condicionalismo português, à Sociedade por cujos interesses e prestígio tínhamos de velar.

Não encontrei cabal compreensão para os meus argumentos e escutei alguns depoimentos mais interessados na manutenção do Prémio do que na sobrevivência da Sociedade. Devo dizer que foi em duas senhoras presentes que encontrei maior percepção para os valores morais em causa e maior compreensão para as realidades em jogo.

Esgotado o doloroso debate em que concepções tão diferentes se enfrentaram — devo dizê-lo, sempre no maior respeito mútuo e em atmosfera de estima que a todos honrou — o Presidente e o Vice-Presidente da Direcção ausentaram-se para redigir o comunicado que se projectaria enviar para os jornais.

Salientei a grande urgência na publicação desse comunicado e a imperiosa necessidade de ele aparecer na manhã seguinte. A tempestade avolumava-se, as ameaças concretizavam-se e a Sociedade de Escritores tinha ainda a seu favor o argumento de que as acusações ao premiado só haviam vindo a público num telegrama de Londres e não num documento oficial. Horas depois, confirmadas essas

acusações em documento oficial, como não deixaria de acontecer, a posição da Sociedade seria muito mais penosa.

Quando os dois autores do comunicado regressaram à sala com esse documento, foi ele alvo de exame e demorado debate. Não continha a suspensão do Prémio, como o Presidente da Direcção propusera na sua intervenção inicial. Mas continha o argumento poderoso de que o premiado fora distinguido em Angola, nos últimos quatro anos, portanto depois de preso e até de condenado, por quatro prémios literários. Embora esses prémios não tivessem categoria e responsabilidade comparáveis aos da Sociedade Portuguesa de Escritores, não haviam suscitado reacções conhecidas.

Não era aquele o comunicado que eu escreveria. Mas eu nem sequer pertencia à Direcção que o publicaria e estava ali só como conselheiro, a partilhar das dificuldades e das preocupações. Travara-se ali uma luta de conceitos e de consciências e eu não podia impor as minhas concepções e o drama da minha consciência à consciência dos meus camaradas. Aceitei o comunicado, como Luís Forjaz Trigueiros o aceitou, dizendo este, embora, que o achava insuficiente; aceitei-o na convicção de que publicado na manhã seguinte daria parcial sa-

tisfação à onda levantada e permitiria fazer evoluir o problema de maneira a não se afundar a Sociedade Portuguesa de Escritores. Sugeri que entregassem nessa mesma noite o comunicado em casa do Ministro da Educação Nacional e que o distribuíssem ainda naquela noite, ràpidamente, aos jornais.

Voltei para minha casa pelas dez e meia da noite e, de moto próprio, telefonei ao Prof. Galvão Teles, Ministro da Educação Nacional. Disse-lhe que em breve ele deveria receber um comunicado que a Sociedade Portuguesa de Escritores publicaria nos jornais da manhã seguinte. Não enfraqueci a posição dos meus colegas dando a entender qualquer falha ou dubiez desse documento. Insisti só, persuasivamente, na necessidade e conveniência de nenhum obstáculo ser posto à sua publicação. Explicados os factos pela Sociedade Portuguesa de Escritores, ela deixaria possìvelmente morrer o Prémio e até só para o Outono faria a entrega dos restantes. Entretanto, frisei, o Governo só teria desvantagem em exercer qualquer represália sobre a Sociedade, pela repercussão desastrosa que isso poderia ter e porque desse modo o Governo iria fazer o jogo dos que dentro da Sociedade — não, de forma alguma, dentro da Direcção — poderiam ser partidários do «quanto pior melhor» e da política da terra queimada.

Pela meia noite o Prof. Galvão Teles telefonou-me dizendo que recebera havia instantes o comunicado, que o lera atentamente e que ele o desapontara. Não havia nele uma palavra de repúdio pelo terrorismo, motivo da condenação do premiado, e no último parágrafo a Sociedade de Escritores colocava-se olìmpicamente na posição de quem aguardava que o Governo lhe prestasse informações para deliberar só então sobre a atitude que tomaria.

Procurei defender o comunicado o melhor que pude e grande esforço foi esse, em que verguei a minha consciência para defender a Sociedade sobre a qual tantas sombras se acumulavam. Insisti com o Ministro para que mesmo assim fosse facilitada a publicação do comunicado nos jornais da manhã, podendo depois ao longo do dia renovar-se a revisão do problema. Frisei-lhe que só me mantinha na Presidência da Assembleia Geral, onde apenas sacrifícios e dissabores colhia, na medida em que sendo útil à Sociedade dos Escritores tinha a consciência de servir o meu país. E despedimo-nos com a nota renovada do desapontamento do Prof. Galvão Teles.

Na manhã seguinte procurei debalde nos jornais o almejado comunicado da Sociedade a cuja Assembleia Geral presidia. Receei que a Censura

o tivesse absurdamente proibido e telefonei ao Ministro da Educação Nacional para me esclarecer. O Prof. Galvão Teles disse-me que os jornais e as entidades oficiais tinham estado até de madrugada à espera do comunicado, mas que não o tinham recebido. Desmentida assim a minha promessa da véspera, não soube que responder ao Ministro.

Em comunicação telefónica imediata com o dr. João José Cochofel, secretário da Direcção da S.P.E., mostrou-se este muito surpreendido com a minha estranheza, dizendo que entregara na noite anterior uma cópia do comunicado em casa do Ministro da Educação Nacional e metera simplesmente no correio os exemplares destinados aos jornais, para serem recebidos no dia seguinte. Não percebera a necessidade da urgência da sua entrega. Não cheguei a poder iluminá-lo.

Em conversa telefónica, logo em seguida, com o Presidente da Direcção, Prof. Jacinto do Prado Coelho, fiz-lhe ver o prejuízo gravíssimo que a imperdoável demora trazia à causa da Sociedade de Escritores. Em vez de publicar a defesa desta, incompleta que fosse, os jornais só publicavam as crescentes acusações. Falei com certa veemência. O Prof. Prado Coelho disse-me que na véspera à noite estava muito cansado e que não lhe ocorrera ...o que eu tão insis-

tentemente lhe recomendara (palavras estas últimas minhas).

Indignou-me o contraste entre a actividade que eu estava desenvolvendo por mera dedicação à Sociedade e a displicência dos seus imediatos dirigentes.

Entretanto, impunham-se ao meu espírito as provas de que a concessão do Prémio a Luandino Vieira não fora só o puro acto de justiça literária a que alguns membros da Direcção, no doloroso debate da véspera, se haviam apegado. Afastados concorrentes que são grandes novelistas e escritores da língua portuguesa, como Fernando Namora e Urbano Tavares Rodrigues, fora buscar-se o livro dum escritor não concorrente para o distinguir com o galardão. E no instante em que este era anunciado as agências telegráficas estrangeiras comunicavam para o mundo, em telegramas redigidos em inglês e francês, que meus olhos viram, ter a Sociedade Portuguesa de Escritores acabado de atribuir o Grande Prémio de Novelística a um preso condenado a catorze anos de prisão por actividades subversivas.

Eu fora Presidente da Direcção da Sociedade Portuguesa de Escritores e era Presidente da sua Assembleia Geral para servir, com a devoção com

que o fiz, a causa e a dignidade dos escritores portugueses. Recusara-me sempre, nesses cargos, a ser instrumento de qualquer política, fosse ela qual fosse. Muito menos o seria duma política que, justificada embora aos olhos de outros, não o era aos meus olhos de português.

Travei nessa manhã de sexta-feira 21 o mais doloroso debate de consciência da minha vida já longa e experimentada pelas dores mais fundas. Tudo fizera ao longo de anos para dignificar a Sociedade Portuguesa de Escritores, como tudo fizera agora para a defender, na hora em que as ameaças se acumulavam sobre ela. Prendiam-me a muitos dos seus componentes laços de amizade e de fraternidade literária. E como escritor fui sempre fiel à minha missão e à obra que ela me permitiu erguer. Por essa missão desprezei grandezas do mundo, seduções políticas, tentações da vaidade. Mas a minha obra é a essência da minha vida e esta, por sua vez, tem tido uma trajectória única e a ela permanecerei sempre fiel. Essa trajectória levou-me muito novo para terras da África Portuguesa e lá ergui tudo que constitui hoje a minha vida extraliterária. Nenhum interesse material me inspira ao escrever estas palavras: cheguei a uma altura da vida em que nenhuma ambição me anima senão a

de prosseguir a obra literária e em que nenhuma cobiça me atormenta, porque na limitação dos bens materiais encontro a disciplina para não vender a alma do artista aos deuses que a corrompem e que a escravizam.

Mas a trajectória da vida pôs em Angola, à sombra dos meus, e em Moçambique, sob a minha direcção, famílias inúmeras que nas cidades ou no mato olham para o meu vulto não como o do escritor que sanciona prémios, mas como o de um homem por elas responsável. Estão sós, no mato, muitas delas, e receiam talvez ameaças que não me atingem na vida cómoda de Lisboa. Que não atingem os membros dum Júri que outorga prémios despreocupadamente, aceitemos, em mera diversão intelectual. Que não atingem o Presidente e o Secretário duma Sociedade para quem não é motivo de pressa o esclarecimento que calaria a mágoa ou a indignação dessas famílias esquecidas no mato.

Todos esses pensamentos e alguns mais mortificaram a minha consciência. E colocaram-na perante a opção mais dolorosa da minha carreira de escritor.

Não tive um instante de mágoa quando, por coerência para comigo próprio, abandonei em final

de 1960 o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a que parte da minha vida ficava ligada.

Mas sofri um dos mais fundos desgostos da existência, quando, por fidelidade aos princípios que me norteiam, tive de me afastar de camaradas que estimo e admiro, por não os poder acompanhar no equívoco ou na dubiez.

Ao fim dessa manhã escrevi ao Vice-Presidente da Assembleia Geral a carta que a seguir transcrevo:

> «Não me permitindo as circunstâncias que vim encontrar no meu regresso do Estrangeiro continuar a desempenhar em paz de consciência e com a convicção da utilidade do esforço que durante tantos anos desinteressadamente consagrei à Sociedade Portuguesa de Escritores — não me permitindo essas circunstâncias continuar a desempenhar as funções de Presidente da Assembleia Geral da Sociedade, rogo-lhe o favor de assumir as referidas funções até que em Assembleia Geral seja preenchido o cargo que entendo de meu dever deixar de ocupar.»

E enviei cópia dela ao Prof. Jacinto do Prado Coelho, acompanhada das seguintes palavras:

> «Entendo do meu dever enviar-lhe cópia da carta que dirigi ao Vice-Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa de Escritores. Trata-se duma decisão tomada após doloroso debate com a minha consciência, mas foi ela que ma impôs. Creia que é muito dolorosa para mim esta decisão que tomo e sabe bem como até ao último momento procurei auxiliar a Sociedade Portuguesa de Escritores neste passo difícil e infeliz. As delongas na acção que se impunha modificaram as circunstâncias e é à luz destas que entendo proceder.»

Foi para mim esse um dia de fundo luto. Muito por que batalhara com devoção literária e dedicação cívica, se esfrangalhava pelo gesto irreflectido ou propositado dum Júri irresponsável e pela inépcia duma Direcção que, não ponderando devidamente os valores morais em causa e esquecendo o condicionalismo apertado da vida portuguesa, não soube ver os perigos nem afastar-se deles.

A Sociedade Portuguesa de Escritores, que

Aquilino Ribeiro fundou, a que Jaime Cortesão deu a altitude do seu nome, que eu procurei manter com dignidade e independência, que Ferreira de Castro dirigiu com generosidade modelar e nobre tolerância, — a Sociedade que era o Fórum amplo em que os escritores de todas as tendências deviam ter o seu lugar, veio a morrer às mãos inertes do Prof. Jacinto do Prado Coelho. É possível que a tenham querido matar. Mas ele não soube defendê-la.

Quando, à noite, Luís Forjaz Trigueiros e eu soubemos da decisão de se extinguir a Sociedade, nós, que já não pertencíamos aos seus corpos gerentes, ainda fizemos junto de personalidades responsáveis, que das nossas palavras e argumentos se tornaram eco, diligências para paralisar o golpe, profundamente errado em nosso entender.

Mais errado, porém, e deplorável, e degradante, foi o assalto que violou o recinto, património dos escritores portugueses, onde tantas cerimónias de elevação cultural tiveram lugar e donde haviam saído os restos do português insigne que foi o dr. Jaime Cortesão. As acções não são feias só dum lado. E se eu não o dissesse faltava à verdade que sempre servi.